



BRUXAS DE SALEM: CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DO PROCESSO EM UM VIÉS
FOUCAULTIANO.

Talita Costa Pereira

Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

Este artigo objetiva interpretar as táticas discursivas utilizadas pelos participantes do julgamento das Bruxas de Salém, a partir de trechos retirados dos documentos legais e autênticos que sobreviveram à época, contendo o registro dos depoimentos, acusações formais e informais, negação, confissão, ocorridos durante todo o processo e que influenciaram no acontecimento histórico. Também se utiliza como corpus, cenas do filme *The Crucible*, de 1996, classificado como uma adaptação fiel da obra de Arthur Muller, com o mesmo nome, quem se dedicou a várias pesquisas em livros, em documentos com registros e com entrevistas aos descendentes dos envolvidos no caso, e, portanto não há nenhuma personagem na obra que não tenha existido na história real. Contudo, tomou-se o devido cuidado de não se deixar levar pelos elementos literários. Pretende-se demonstrar a construção e produção do discurso do processo e dos sujeitos envolvidos através de marcas textuais e discursivas, seus procedimentos de controle e a descontinuidade, com base nas teorias de Fredriche Nietzsche, nos conceitos de silenciamento descritos pelos teóricos Varol Akman e Dennis Kurzon, para explicar as razões de muitos envolvidos manterem-se em silêncio quanto ao acontecimento, além dos princípios de análise do discurso de Michel Foucault que descrevem os métodos de produção desse discurso e de sua descontinuidade.

Palavras-chave: julgamento, táticas discursivas, construção, produção.

ABSTRACT

*This article aims to expound the discursive tactics used by the participants on the Judgment of Crucible, as from excerpts taken from the legal and authentic documents that survived at the age, containing the record testimonies, formal and informal accusations, denial, confession, occurred during all the process and which have influenced the historical event. It was also used as corpus, scenes of the movie *The Crucible*, 1996, classified as a faithful adaptation of Arthur Muller's work, with same name, who devoted himself to several research on books, documents with records and interviews with descendants of those involved, and therefore there is no character in the work that did not exist in real history. However, it took up due care to not be involved by the literary elements. It is intended to demonstrate the construction and process of speech production and subjects involved through textual and discursive marks, its control procedures and discontinuity, based on theories of Fredriche Nietzsche, on silencing concepts described by theoretical varol akman and dennis kurzon, explaining*



reasons why many people involved remained in silence in the event, in addition of Michel Foucault's discourse analyses principles that describe the production methods in this speech and its discontinuity.

Keywords: trial, discursive tactics, construction, production.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XVII as sociedades americanas viviam em torno de regras da moral e dos bons costumes, em que as leis políticas, religiosas e jurídicas eram baseadas nas escrituras Bíblicas. Portanto, quem fosse contrário à elas, era acusado de cometer crimes contra Deus, além de ser considerado uma ameaça à sociedade. Uma dessas leis proibia, qualquer tipo de envolvimento com feitiços e espíritos considerados causadores da invocação de demônios ou de qualquer elemento do mundo obscuro e maligno, a famosa bruxaria.

Em muitas comunidades ocorreram julgamentos, acusações e perseguições às bruxas, contudo, o processo de maior importância e repercussão dos fatos, das causas e efeitos, aconteceu na comunidade de Salem, em Massachusetts.

Diversas análises – psicológicas, literárias, filosóficas e etc. – são importantes para a compreensão do processo das bruxas de Salem. Porém, este trabalho vai além da análise dos atos cometidos pelos envolvidos ou de suas intenções. Pretende-se interpretar as táticas discursivas utilizadas por eles para justificar suas ações, comprovar suas inocências, espalhar suas razões e convencer uns aos outros de suas verdades. Sabe-se que no caso das Bruxas de Salem, a natureza dos atos de falas, das marcas textuais e dos elementos discursivos verbais ou não, são indicados pelo discurso religioso, mais precisamente do protestantismo, o qual controlava a sociedade através de alusões Bíblicas, símbolos religiosos e afirmações pessoais de fé e convicção religiosa. Porém deve-se levar em consideração os sujeitos envolvidos nesse discurso, a posição que eles ocupavam e as circunstâncias decorrentes, para que se alcance o entendimento do sucesso de uns argumentos e fracasso de outros, ainda que estando inseridos no mesmo discurso.

PROCEDIMENTO DE CONTROLE DO PODER

É visível no discurso religioso a utilização de rituais que estimulam sua contínua produção. Dessa forma, o poder do sujeito se confirma, e seus seguidores fortalecem a verdade. É muito claro, no processo das bruxas de Salem, os diferentes rituais adotados, que influenciaram em todo o acontecimento histórico.

Era metódico em Salem a prática de reuniões organizadas pelas autoridades com os moradores da comunidade, para a declaração de avisos, de apresentações e de julgamentos de crimes, e que se finalizava com orações e cânticos religiosos. São as chamadas convenções. Nesse ritual é que se tinha maior controle do poder dos sujeitos do discurso, tendo em vista que ali se concentrava a religião, a política e a legislação ao mesmo tempo.

Os documentos com os registros do processo de julgamento das bruxas representam o poder da instituição, este, marcado pela estrutura física de organização e de linguagem. Os depoimentos eram divididos em três partes: Primeiro, a abertura, descrevendo o local e a data da ocorrência, de acordo com a vítima; em seguida a homologação, com a descrição em detalhes da acusação, dos fatos ocorridos e das ofensas; e por fim a conclusão, que consiste na decisão do júri, com relação a culpa do acusado pelos crimes que cometeu, e as leis descumpridas. A estrutura dos documentos são pré-estabelecidas com termos de linguagem legal pré-moldados (em Latin) e com pequenos espaços para que fossem completados posteriormente caso precisasse. Tudo teria que estar em acordo, para que não houvesse falha no processo.

É muito usado, nos depoimentos, expressões de linguagem legais como “*depositions Jurat in Curia*” que se referem aos níveis de poder e status daquela época. A forma de transcrever os depoimentos em primeira pessoa no passado serviam para “congelar” as falas do discurso. Enquanto na abertura e no encerramento a linguagem legal é óbvia, nas narrativas onde as falas dos discursos se tornam predominantes a real funcionalidade dos documentos é encontrada. O depoimento inteiro é visto como um evento de ritual do discurso, mas é na narrativa que aparecem as reivindicações que trazem consequências legítimas aos acusados. Isso indica que a importância que a linguagem carrega nas aberturas e nos encerramentos, reforça o poder às falas das narrativas, ligadas ao depoimento, tornando-as de acusação.

Esse jogo entre a 'forma que se fala, e a função das falas', dentro do discurso mencionadas por Kathleen L. Doty e Risto Hiltunen (2008) é exatamente o ritual, o qual “define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciado)” (FOUCAULT, 1970, P.39). Essas estruturas marcadas nos registros foram essenciais tanto para delimitar o comportamento dos sujeitos, que produziam o discurso e assim tornar eficaz o julgamento, quanto para disciplinar os seguidores.

DISCIPLINARIDADE E SILENCIAMENTO

*“Uma pessoa está com este tribunal ou contra ela. Não existe escolha entre”*¹ (Judge Hathorne). Esta frase dita pelo juiz Hathorne em *The Crucible*, exprime exatamente o sistema que movimentava o discurso na comunidade de Salem. Uma pessoa estava a favor da lei ou contra ela. Cada indivíduo escolhia um dos lados a se defender. E por questão de sobrevivência as pessoas optavam por apoiar o pensamento dos que detinham o poder do discurso inquisidor. Porém nem todos sabiam como assim fazer.

Quando Ann Putnam, filha de Thomas Putnam, e de Betty Paris, filha do Reverendo Paris são encontradas em estado de mortas-vivas, boatos se espalham de que bruxas estivessem tomando conta da comunidade. Os sinais que Ann Putnam e Betty Paris apresentavam não puderam ser identificados pelo médico. A afirmação de uma doença desconhecida, torna a existência de bruxaria ainda mais convincente.

A lei era clara com relação ao crime de bruxaria e as punições a quem a cometesse. Para analisar a existência da mesma, utilizava-se um livro que ensinava como identificar os sinais de demônios e espíritos, além da presença de um especialista no assunto. *“Eu não preciso olhar com superstição nisso. As simulações do diabo estão definitivamente sobre a pedra. Tem tudo no mundo invisível”*² (Reverendo Hale – especialista em identificar seres malignos). Por ser algo escrito e por ter alguém capacitado a analisar, tornava mais real a verdade que o sistema pregava. O discurso religioso pesava na sociedade por influência da Bíblia, afinal o que estava escrito era sagrado. E se a Bíblia diz

que existem bruxas, elas então existiam, e um livro que instrui como identificá-las certamente também é significativo por ser a confirmação da verdade inserida no discurso.

A hipótese que melhor explica o silêncio de Betty Paris é o medo. Medo de ser questionada, acusada e até mesmo culpada por bruxaria. O que se tornou um problema à Reverendo Paris, pois ele era o sujeito do discurso religioso em Salem. Ele representava a autoridade na época e a descoberta de rituais e bruxarias traria riscos a sua posição e ao poder que lhe fora concedida. Por outro lado, o silêncio de Ann Putnam pode ser explicado pela ordem de seu pai. A confirmação de bruxaria para Thomas Putnam seria benéfica haja vista que quanto mais pessoas eram acusadas e culpadas pelo crime, mais terras ficariam sem donos e poderiam ser tomadas por ele.

Segundo Russell ‘os julgamentos eram técnicas de poder-saber em um estágio mais avançado de seu desenvolvimento’ (2001:125) uma vez que, controlar os elementos sociais eram mais importantes, naquele momento, do que produzir sujeitos do discurso. Por isso, com a descoberta de uma suposta reunião entre meninas na floresta, à noite dançando ao redor da fogueira, inicia-se a caça às bruxas. Abigail, a mentora da reunião silencia as outras meninas com ameaças de que todas seriam culpadas. Logo que apontada por Mary Warren, uma das meninas envolvidas, Abigail acusa Tituba de tê-la obrigado a participar da reunião. Tituba, escrava de Reverendo Paris, nega envolvimento com feitiçaria e recebe chicotadas até confessar. E assim faz conforme os Reverendos tanto esperavam. Contudo, além de confessar, Tituba mostra-se arrependida dos atos dizendo “*Eu me tornaria uma mulher cristã novamente(...) Eu o amo com todo o meu ser (...) Me abençoe, me salve*”³. O uso de elementos textuais religiosos em seu discurso tornou-a de acusada à vítima, processo este classificado por Russel de ‘Jogo de Verdade e Poder’ (2001, pp.130). Em seguida, ela menciona ter visto outras pessoas envolvidas com o demônio. Abigail e as outras meninas fazem o mesmo: confessam envolvimento e culpam Sara Goody e Good Osborn de bruxaria.

O sistema de confissão do ato e acusação de outras pessoas terem envolvimento com bruxaria tinha êxito por funcionar como comentário do discurso – Foucault diz que “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo.” (1970, p.29) – de modo a confirmar a verdade dita na Bíblia, a existência de bruxas, algo que naturalmente era impossível de se comprovar a não ser através de uma confissão e por isso a frequente pressão da corte

sob os acusados para que confessassem o suposto crime, “uma das mais valiosas técnicas de produção da verdade” (FOUCAULT, 1978, p.59)

O juiz Danforth sugere a Good Osborn que siga o exemplo de Sara Goody quanto a declaração de culpa para salvar sua vida, “*Aqui está Sara Goody quem confessou bruxaria e portanto não a enforcaremos. Eu peço a você que siga seu exemplo*”⁴ (The Crucible, 1996). Com a finalidade de disciplinar as pessoas a não cometerem bruxaria era preciso identificar as verdadeiras bruxas e puni-las. Para encontrá-las precisou-se da ajuda das jovens, uma vez que a bíblia declara “*Das bocas dos pequeninos virão as verdades*”⁵ (Judge Danforth), era nelas em quem se deveria confiar, bastava-lhes que indicassem os nomes.

Saber o que diz nas escrituras da bíblia, e segui-las era a forma mais eficaz de organização das disciplinas, ao começar pelos dez mandamentos classificados como fundamentais para o conhecimento de um cristão em Salem. E por isso foi demasiadamente cobrado durante o processo das bruxas. Saber ou não os dez mandamentos descritos na bíblia poderia ser a prova de sua inocência ou de sua culpa, como nos casos de Good Osborn e John Proctor.

Good Osborn nega envolvimento com bruxaria e para tentar provar sua inocência utiliza de táticas discursivas da religião. Porém, o juiz Danforth a desafia “*Existem dez mandamentos. Você conhece algum?*”⁶ (The Crucible, 1996). Entretanto, sua inépcia com relação aos dez mandamentos e sua proclamação “*Eu sou inocente de bruxaria e o Diabo sabe disso*”⁷, tornou-a culpada. Nessa fala subentende-se que se Deus, representado pela instituição e pela corte, não é hábil a identificar sua inocência, talvez o Diabo seja capaz de dizer que não existe envolvimento entre os dois. “*O bem só existe porque existe o mal*”, “*Não existiria luz se não houvesse a escuridão*”. Logo, se ela acredita em Diabo, certamente também acredita em Deus, e se ela acredita em Deus, segundo a bíblia ela é cristã, anulando o fato de ser uma bruxa. Mas para o sistema não bastava ser cristã, o essencial era seguir os rituais, propagar a verdade e confirmar o discurso. E para não haver confronto com o discurso, Sara Osborn foi silenciada.

Questionado por Reverendo Hale, John Proctor prova que sabe os dez mandamentos citando-os um por um. Desta forma Hale faz uso de outra tática discursiva para interrogar os Proctors “*Eu tenho um rumor de que vocês não acreditam que existem bruxas no mundo, isso é verdade?*”⁸ (The Crucible, 1996). John, da forma mais cautelosa possível, afirma “*Bem, a Bíblia fala sobre as bruxas, então...*”⁹

(The Crucible, 1996). Percebe-se que Proctor silencia sua verdadeira opinião quanto a existência das bruxas e utiliza o termo adequado para responder à pergunta sem postergar a verdade do discurso. Isso quer dizer que ele lê a bíblia, mas não significa que acredite nas bruxas, e dizer que não acredita no que está escrito no “livro sagrado” seria autoincriminação.

Observa-se a perda de controle do discurso quando as acusações aos indivíduos tornam-se cada vez mais frequentes e por simples coincidências. Mr. Jacob, por exemplo, um senhor idoso que necessita de muletas para andar, foi acusado de bruxaria quando uma chama de fogo se alastrou enquanto ele falava. Uma moça e sua filha também foram acusadas por supostamente terem feito as madeiras caírem da carroça enquanto olhavam para o trabalhador que conduzia a carroça. Rebecca Nurse é acusada pela morte dos filhos de Ruth Putnam no parto. Martha Corey é acusada de bruxaria por ter previsto que os porcos de Sara Goddy, que não estavam sendo alimentados, iriam morrer. Elizabeth Proctor é acusada de mandar seu espírito ferir Abigail.

John Proctor tenta convencer os juízes de que todas as acusações eram farsas, com testemunho de Marry Warren e com assinaturas de moradores da comunidade, afirmando que os acusados são inocentes. Mesmo com tantos argumentos de defesa e com a ajuda do Reverendo Hale, as decisões já tomadas se mantêm, pois os juízes devem permanecer na verdade do discurso, ao contrário perderiam credibilidade e poder pois entrariam em contradição. E por isso sempre buscavam alternativas de oporem-se aos argumentos de defesa. *“Isso é um claro ataque à corte”*¹⁰ (Reverendo Parris), *“Todos os inocentes e Cristãos estão felizes com o tribunal em Salem”*¹¹ (Juiz Danforth). Ao contrário do que Danforth diz, os inocentes e cristãos claramente se mostravam felizes porque eram disciplinados ao discurso, e não por concordarem com o que estava sendo feito *“Silenciamento, diferente do silêncio eloquente, não é uma escolha do falante para expressar a si mesmo; ao contrário, é um ato de privar uma pessoa de se expressar”* (M.EPHRATT, 2008)

Mary Warren une-se ao sistema novamente e acusa John Proctor de bruxaria, ao perceber que não há possibilidade de ir contra a verdade absoluta.

A TEORIA DE NIETZSCHE NO DISCURSO DE PROCTOR

Deus está morto! Deus continua morto! E nós o matamos! Como nos consolar, a nós assassinos entre os assassinos? O mais forte e mais sagrado que o mundo até então possuía sangrou inteiro sob os nossos punhais – quem nos limpará este sangue? Com que água poderíamos nos lavar? (NIETZSCHE, 1882, p.125)

Muitas críticas surgiram após a declaração de Friedrich Nietzsche, sendo algumas delas acusando-o de profanação da religião, nomeando-o ateu, e sendo um ateu como afirmar a morte de algo que não acredita. Mas o que Nietzsche realmente quis argumentar é a influência da igreja sob a comunidade com relação a distorção dos verdadeiros sentidos que a religião induz. As pessoas estão dependentes de líderes religiosos que as digam o que é certo e o que é errado, o que é o bem e o mal, e assim o fazem de acordo com os interesses próprios. Para Nietzsche a comunidade deve matar Deus, no sentido de cortar o elo que a prende às igrejas, e então criar novos valores para si.

O discurso de John Proctor retoma a teoria Nietzscheana ao ser questionado quanto a acusação de bruxaria, afirmando “*Vós estais levando o céu abaixo e levantando uma prostituta. Deus está morto...E eu renuncio esta corte.*”¹² (The Crucible, 1996). Proctor parece “matar Deus” no momento em que percebe a relação poder-saber da corte que rege o discurso religioso e por isso renuncia os rituais e ideais ditados pela igreja, assim como a obediência para com a corte por não acreditar mais na verdade dita pela religião.

DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO DE CULPA

Após a fuga de Abigail com o dinheiro de seu tio Reverendo Parris, todos na comunidade percebem que nem tudo o que vem da boca dos pequeninos é a verdade e que os acusados são inocentes. John Proctor, Rebecca Nurse e Martha Corey considerados importantes, de boa índole, comportamento de acordo com a moral e os bons costumes sendo acusados de bruxaria, se condenados, acordaria uma vingança da comunidade contra a corte. No entanto, suas verdades não pertencem a verdade absoluta da época e por isso a ordem de punição deve ser cumprida. Em contrapartida podem ter suas vidas salvas com o ato de confissão.

Reverendo John Hale, em uma conversa com Elizabeth Proctor, implora para que ela convença seu marido a confessar o suposto crime “*Nós devemos ajudar John a entregar a mentira que eles pedem (...) A vida é o bem mais precioso de Deus. Nenhum princípio, por mais glorioso, justifica a retirada dela*”¹³ (The Crucible, 1996) Esta frase dita por qualquer outra pessoa na comunidade lhe causaria a morte por declarar que o que a Bíblia diz é mentira e confrontar a lei de condenação. Mas ao contrário, ela silenciou a todos que presenciavam a conversa, incluindo os juízes. Quando Foucault enuncia sobre a produção do discurso – é controlada, organizada e selecionada – explica o motivo de Hale ter o poder pra usar tais termos, ele é Reverendo, por isso foi ouvido. A produção do discurso depende de quem fala, da sua posição na sociedade e a circunstância em que foi dito.

Por outro lado, essa é a verdade que não pode ser dita. Os juízes através de elementos discursivos não-verbais demonstram saber que John Proctor é inocente, contudo não se pode contrariar o discurso religioso, e por isso a deriva é “*ele tem que confessar*”¹⁴ (Judge Danforth).

A confissão de John Proctor serviria de prova à comunidade da existência de bruxaria e colocaria um fim no processo, mantendo a disciplinaridade dos indivíduos, afinal John era uma pessoa de renome àquela sociedade. Contudo, Proctor nega envolvimento com bruxaria e é condenado ao enforcamento junto de Rebecca Nurse e Martha Corey. A morte de três pessoas cujos nomes tinham poder na sociedade por suas posturas e convivências com os moradores, certamente acarretou consequências ao discurso.

Cada vez mais pessoas recusam salvar suas vidas com falsas confissões, tornando a acusação por bruxaria um ato banal. Logo, as pessoas deixam de acreditar na verdade da bruxaria, uma vez que todos na comunidade seriam “culpados por serem inocentes”. Isso se torna um problema para o discurso. Percebe-se neste ponto do processo a ruptura do discurso de confissão, uma vez que os procedimentos de controle não mais funcionavam. Para a igreja então bastou-lhe finalizar o processo de “caça às bruxas” declarando que as elas existem, sem torna-las comuns.

Por muitos anos a história do julgamento em Salém era representada por uma única verdade: a punição dos culpados de bruxaria, que perpetuou-se como herança popular tradicional e superstições religiosas durante anos, sem questionar os pontos em que o discurso não funcionava, as rupturas ocorridas, e as mudanças de significados dando voz a apenas um lado, e por isso, este projeto veio de



forma genealógica dar voz aos sujeitos mais importantes da história que por muito tempo foram silenciados pelo jogo poder-saber, as bruxas.

REFERÊNCIAS

AKMAN, V. **When silence may mean derision**. Journal of Pragmatics 22 (1994) 211 – 218.

BOUYER, G.C. (2009). **O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder-saber psiquiátrico**. Memorandum, 16, 6476. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a16/bouyer01.pdf>> Acesso em: 16 de agosto de 2015.

DOTY, K. L.; HILTUNEN, R. **Formulaic discourse and speech acts in the witchcraft trial records of Salem, 1692**. Journal of Pragmatics 41 (2009) 458 – 469.

EPHRATT, M. **The functions of silence**. Journal of Pragmatics 40 (2008) 1909–1938

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1996.

FREIRE, S. **Conhecendo Análise de Discurso – Linguagem Sociedade e Ideologia**. Manaus: Valer, 2006.

KURZON, D. **Towards a typology of silence**. Journal of Pragmatics 39 (2007) 1673 – 1688.

_____. **On silence**. Journal of Pragmatics 43 (2011) 2275 – 2277.

RUSSELL, S. **Witchcraft, genealogy, Foucault**. British Journal of Sociology Vol. No.52 Issue No1. (March 2001) pp.121 – 137.

STUCKY, N. **Interactional silence"** Pauses in dramatic Performance. Journal of Pragmatics 21 (1994) 171-190.

TRINDADE, R. **Nietzsche – Deus está morto**. São Paulo, 3 maio 2013. Razão Inadequada. Disponível em: <http://razaoinadequada.com/2013/05/03/deus-esta-morto/>. Acesso em: 7 abr. 2015.

ANEXO

- 1- (THE CRUCIBLE, 1996) “A person is either with this court or against it. There be no road between”
- 2- (THE CRUCIBLE, 1996) “I must not look superstition in this. The mocks of the devil is definitely on the stone. It has all in the invisible world”
- 3- (THE CRUCIBLE, 1996) “I would be a Christian woman once again (...) I love him with all my been (...) bless me, save me.”
- 4- (THE CRUCIBLE, 1996) “Here it’s Sara Goody who has confessed witchcraft therefore we will not hang on. I beg you follow her example”
- 5- (THE CRUCIBLE, 1996) “From the mouths of babies shall come the truth”
- 6- (THE CRUCIBLE, 1996) “There are ten commandments. Do you know any?”
- 7- (THE CRUCIBLE, 1996) “I’m innocent and the Devil knows that”.
- 8- (THE CRUCIBLE, 1996) “I have a rumor you do not believe there are witches in the world, is that true?”
- 9- (THE CRUCIBLE, 1996) “Well, the Bible speaks of witches, so...”
- 10- (THE CRUCIBLE, 1996) “*This is clear attack upon the court*”
- 11- (THE CRUCIBLE, 1996) “All innocent and Christian people are happy for the courts in Salem”
- 12- (M. EPHRATT, 2008) “Silencing, unlike eloquent silence is not a way chosen by the speaker to express himself or herself; on the contrary, it is an act depriving a person (or a group of persons) of expression.”
- 13- (THE CRUCIBLE, 1996) “I say you are pulling heaven down...and raising up a whore. I say God is dead...I quite this court.”
- 14- (THE CRUCIBLE, 1996) “We must help john give them the lie they demand (...) Life is God's most precious gift. No principle, however glorious...may justify the taking of it.”